

JUVENTUDES NO BRASIL

EDITOR RESPONSÁVEL

Felix Dane

CONSELHO EDITORIAL

Estevão de Rezende Martins

Fátima Anastasia

Humberto Dantas

José Álvaro Moisés

José Mario Brasiliense Carneiro

Lúcia Avelar

Silvana Krause

ORGANIZAÇÃO

Humberto Dantas

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Reinaldo J. Themoteo

REVISÃO

Reinaldo J. Themoteo

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cacau Mendes

IMPRESSÃO

Stamppa

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer XVI (2015), nº1

Juventudes no Brasil

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, julho 2015.

ISBN 978-85-7504-192-5

*As opiniões externadas nesta publicação são
de exclusiva responsabilidade de seus autores.*

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Representação no Brasil: Rua Guilhermina Guinle, 163 · Botafogo

Rio de Janeiro · RJ · 22270-060

Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

adenauer-brasil@kas.de · www.kas.de/brasil

Impresso no Brasil

Sumário

- 7 Apresentação
- 13 Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira
MIRIAM ABRAMOVAY
MARY GARCIA CASTRO
- 27 Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil
MÁRCIA LIMA
- 45 Lugar de jovem é na universidade! Políticas públicas de educação e a ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro.
CARLA REGINA MOTA ALONSO DIÉGUEZ
- 65 Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas
HUMBERTO DANTAS
RODRIGO ESTRAMANHO DE ALMEIDA
- 83 Cultura pop e Juventude
EMANUEL BOMFIM
MARIANNA PERCINIO
- 101 Sonhos da juventude brasileira: a política além do voto
BEATRIZ PEDREIRA
- 121 Juventudes e sexualidade. Brasil, 2000-2015
MARY GARCIA CASTRO
- 141 Juventude, trabalho e cultura periférica: a experiência da Agência Popular de Cultura Solano Trindade
MARTA DE AGUIAR BERGAMIN

Apresentação

■ Nos últimas décadas o Brasil tem enfrentado diferentes desafios no campo das políticas públicas que estão absolutamente relacionados à tentativa de aprimoramento e consolidação de princípios elementares da Cidadania. A pessoa com deficiência, o idoso, a mulher, o indígena, a criança, o adolescente e tantos outros grupos têm merecido atenção específica delimitada por ações das mais diversas naturezas. Falamos aqui do reconhecimento de características específicas da sociedade que nos levou ao desenvolvimento de ações governamentais e/ou estatais.

Ao longo dos anos 70 e 80, principalmente, mudamos a forma de enxergarmos os direitos das crianças e dos adolescentes, e na esteira desse desenvolvimento nos deparamos com questões associadas às etapas etárias seguintes. Assim, um dos mais relevantes esforços, a despeito da eficiência e eficácia das ações, tem se dirigido à juventude. O país, a exemplo de boa parcela do mundo, sobretudo aquele dito desenvolvido, ou ainda ‘em desenvolvimento’, passou a reservar assim atenção especial aos jovens. A delimitação deste ‘tempo’ na vida de parcelas da sociedade veio com as transformações atuais do mundo. O tempo de formação se estendeu, a sociedade passou a garantir direitos mais amplos, a faixa etária dos 15 aos 24 anos, e posteriormente até os 29 anos, passou a conservar características próprias que chamaram a atenção daqueles que pensam os direitos, as formas de viver, os valores, os espaços compartilhados e toda uma somatória de reflexões que levaram ao pensar político e público desse segmento específico da sociedade. Mas o desafio, para além de singularizar esse período que passou a ser tratado por Juventude é também pluralizá-lo a ponto de reconhecermos que não é possível falar em uma juventude, mas em muitas delas. E em múltiplos sentidos e olhares.

Assim, com base nessa conceituação inicial, ampla e ainda sedenta por significados e compreensões, a Revista Cadernos Adenauer tem em mais um número

temático o objetivo de debater e buscar compreender as dimensões, os desafios e os sentidos da juventude brasileira. Não se trata de um volume para encerrar e delimitar de forma absoluta a temática, pelo contrário. Trata-se de mais um esforço plural capaz de reunir quem vive ou estuda a juventude em ensaios cujos objetivos, mais ou menos próximos entre si, contribuem para o adensamento de um debate significativamente relevante para qualquer sociedade que pretende se planejar e compreender. Os textos estão divididos em capítulos que serão minimamente resumidos aqui, e que nos sugerem adentrar em questões relacionadas: à educação, e nesse caso, sobretudo na superior em razão da idade; na saúde, principalmente no combate às drogas; na relação com a política; na cultura; no emprego; na segurança e combate à violência etc. Pesquisas realizadas ao longo das últimas décadas no Brasil mostram esforços igualmente relevantes na busca por compreendermos o que de fato pensam, vivem, demandam e sentem as nossas juventudes.

Levantamento da Secretaria Nacional de Juventude, órgão oficial do Governo Federal brasileiro, realizada em 2013 mostrava um quadro quantitativo desse universo estimado em mais de um quarto da sociedade brasileira, ou seja: temos 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos vivendo no país. O levantamento ouviu mais de três mil deles em diferentes locais e realidades entre abril e maio daquele ano¹. Em linhas gerais, para introduzirmos esse volume, vale utilizar a pesquisa como base e notar:

- Divisão absoluta de gênero (50% para cada um dos dois);
- Vida urbana (85%);
- Quase metade com idade entre 18 e 24 anos (47%);
- Predomínio de pardos (45%) e brancos (34%);
- Um total de 80% de cristãos, com 56% católicos e outros 27% de evangélicos, mas 15% descrentes de figuras e representações divinas;
- Mais de 40% afirmam frequentar parques e praças (61%), festas em casas de amigos (55%), cerimônias religiosas (54%), bares com amigos (41%) e shoppings (40%);
- Mais da metade (51%) perderam parentes, sendo que quase metade destes foi assassinada, e 18% afirmam ter perdido amigos (18%) por causas externas (violentas);

1 As principais características da amostra e os resultados gerais da pesquisa podem ser obtidos no endereço: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf> acesso em 26 de abril de 2015, às 20h00.

- Dois terços são solteiros e 61% moram com os pais (ou com um deles);
- Mais da metade tem ensino médio completo (38%) ou ingresso/término do ensino superior (13%);
- Um terço estava sem estudar no momento da pesquisa;
- Mais da metade (53%) estavam inseridos no mercado de trabalho, e nesse caso com mais de 80% destes trabalhando mais de 24 horas por semana.

Destaque, na combinação desses últimos três itens, para a associação entre ‘não estudantes’ e ‘não trabalhadores’ (11%) que fariam parte do que se convencionou chamar de nem-nem: nem trabalha e nem estuda, grupo que tem chamado a atenção de especialistas no assunto.

Em termos socioeconômicos metade dos jovens vive no que se costuma chamar de extratos médios de renda familiar, com outros 28% do total sob a denominação de extratos baixos, ou seja: vulneráveis, pobres ou extremamente pobres. Nesse caso, em especial, chama a atenção o ritmo de ascensão social notado até o instante da pesquisa. Enquanto 14% estão inseridos atualmente no que o levantamento considerou ‘pobre’ com base em auto definição, esta mesma condição socioeconômica na infância atingia 31%. Isso representa dizer que nos últimos anos houve expressiva mobilidade, com 36% de ascensão e apenas 8% de piora de acordo com as percepções individuais.

No que diz respeito às preocupações que envolvem políticas públicas os jovens destacaram, quando citada a maior de todas as apreensões: segurança (24%), emprego (19%), educação (9%), crise financeira (9%), drogas (8%), família (8%) e saúde (7%)². Muitos desses pontos interagem entre si e se convertem nas políticas de juventude que temos visto crescer no país nos últimos anos. A questão é compreender como os governantes têm enfrentado esse desafio. Na União, bem como em muitos estados e municípios é possível notar a existência de estruturas burocráticas específicas na máquina pública para o desenvolvimento de ações. Em linhas gerais tratam-se de secretarias de juventude, muitas delas combinadas a outras temáticas e efetivamente preocupadas com as questões acima descritas, que têm caráter absolutamente transversal. Outras, no entanto, ainda pautadas

2 Quando indagados sobre o que mais lhes preocupa no país como um todo a corrupção, a desigualdade socioeconômica e o poder dos traficantes de drogas foram os itens mais citados com o aspecto mais relevante. Como aspectos mais positivos: possibilidade de estudo, liberdade de expressão (lembrando que a pesquisa foi realizada pouco antes do adensamento, em junho, dos manifestos de 2013), estabilidade econômica e ter democracia.

exclusivamente em ações de lazer, cultura e esporte, que por mais relevantes que sejam não parecem ir de encontro ao que efetivamente os jovens demandam.

Com relação à política, 54% dos jovens entrevistados a entendem como muito importante, enquanto 16% a consideram nada importante. Apesar da supremacia de tal relevância, preocupa nesse cenário o fato de 38% afirmarem não gostar e não se envolver com política, e 19% do total entender que ela deve ficar restrita a pessoas que têm ‘mais competência’. Nesse sentido, apesar desse cenário, mais de 80% têm o título de eleitor, sendo que metade deles disse ter obtido o documento com 16 anos. A participação política, para além do voto, é vista como importante para mudar o Brasil. As formas mais consagradas são: a atuação em coletivos e associações que lutam por determinada causa (26%) e a participação em mobilizações de rua (20%). O problema, nesse caso, é que 54% dos jovens nunca participaram ‘de nada’ e nesse grupo temos 15% de um novo tipo de nem-nem: nem participou e nem gostaria de participar.

Por fim, com relação ao reconhecimento dos governos sobre as causas da juventude, é possível notar que para a maioria dos entrevistados (53%), os políticos conhecem as necessidades dos jovens, mas nada fazem a respeito. Para além do radicalismo da resposta (associado ao ‘nada fazem’) é importante salientar que esta é a sensação da juventude, algo a ser considerado em um ambiente plural de demandas amplas e características diversas. Ainda no campo das percepções, 56% dos jovens afirmam não conhecer programas governamentais específicos voltados para seu universo, o que mostra que para além da crítica parecem faltar informações. Nos últimos anos, por exemplo, áreas como a educação, sobretudo no que diz respeito ao acesso à educação superior e ao ensino técnico; o trabalho, sobretudo no que diz respeito a programas como aquele ligado aos jovens aprendizes; a saúde, com campanhas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e o combate às drogas etc. têm se voltado para os jovens. O que falta para que esse percentual diminua? Como vencer o desafio do reconhecimento desse público às ações políticas e, sobretudo, como atingir a legitimidade associada a um Estado presente na consolidação de direitos conquistados, aperfeiçoados e ampliados?

Com base nos diversos pontos de interrogação surgidos ao longo dessa apresentação, o intuito maior desse número da revista *Cadernos Adenauer* é compreender em que medida parte dessas respostas podem ser alcançadas. Para tanto, dividimos esse volume em oito estudos, os quais serão apresentados a seguir.

Miriam Abramovai e Mary Garcia Castro traçam um retrato da juventude do Brasil atual. Para ressaltar a feição multifacetada da juventude atual, as autoras lançam mão do conceito no plural, “juventudes”, de modo a clarificá-lo enquanto

construção social. São analisados aspectos populacionais, o impacto da violência na juventude, as políticas públicas de juventude e os principais desafios a enfrentar na conquista de direitos e políticas que contribuam para que os jovens possam desenvolver suas potencialidades.

O tema do capítulo da autoria de Márcia Lima são as Ações Afirmativas. São investigados os indicadores de escolarização em nível médio e superior, explicitando as desigualdades raciais no acesso, além de considerar tanto as instituições de ensino superior públicas quanto as instituições privadas, e os programas governamentais pertinentes. Neste contexto a política de cotas raciais é analisada, tomando em consideração também os aspectos legais envolvidos e seus impactos no acesso ao ensino superior.

Carla Diéguez apresenta um panorama das políticas públicas de educação no Brasil nas últimas duas décadas, no âmbito do acesso ao ensino superior. Apresentando dados que remontam aos governos de Fernando Henrique Cardoso e caminham até o presente, a autora elabora um quadro da ampliação do acesso dos jovens às universidades brasileiras, públicas e privadas.

O artigo de Humberto Dantas e Rodrigo Estramanno lança um olhar sobre a democracia e instituições públicas a partir da perspectiva dos jovens de São Paulo. Este capítulo está estruturado em duas seções: a primeira contém uma análise dos resultados da pesquisa “O jovem e a política na cidade de São Paulo.” Na segunda parte são analisados os resultados da avaliação de dez cursos de iniciação política realizados pela Fundação Konrad Adenauer em 2014, os quais tiveram por público-alvo jovens alunos da rede pública de ensino. Por meio de um estudo da pesquisa e do resultado das avaliações dos cursos realizados os autores investigam a importância da educação política na formação dos jovens.

Emanuel Bomfim e Marianna Percinio discutem sobre cultura pop e juventude, refletindo inicialmente sobre a origem da noção de juventude conforme a entendemos nos dias atuais, e também sobre o modo como o rock’n’roll projetou a cultura pop no mundo ocidental. Em seguida os autores analisam a cultura pop brasileira a partir do festival Rock in Rio, tanto a partir de uma perspectiva especificamente musical quanto do contexto sociopolítico em que sua primeira edição foi realizada. O capítulo é concluído com uma entrevista com Roberto Medina, criador do evento.

Beatriz Pedreira mostra os resultados da pesquisa “Sonho Brasileiro da Política”, realizada em 2014 com jovens de todos os estados brasileiros. Este estudo contém dados que auxiliam a entender como os protestos de junho de 2013 impactaram a juventude brasileira. Os resultados da pesquisa também expõem

um panorama sobre o engajamento político dos jovens em vários níveis, e serem como elemento relevante na análise sobre a ação dos chamados hackers da política.

No artigo *Juventudes e sexualidade no Brasil. 2000-2015* Mary Garcia Castro examina diversas facetas da sexualidade da juventude brasileira, abrangendo fatores culturais e socioeconômicos. São expostos diversos indicadores e consideradas questões como DST's, uso de métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, entre outros.

O capítulo de autoria de Marta de Aguiar Bergamin mostra as relações entre trabalho, juventude e cultura periférica. Aspectos fundamentais acerca da experiência dos jovens em relação ao mundo do trabalho são expostos, lançando mão de dados que trazem cortes de raça e gênero, explicitando as lutas da juventude no acesso ao trabalho. Em seguida é apresentada a experiência da Agência Popular de Cultura Solano Trindade, e sua trajetória de fomentar iniciativas na área de produção cultural, contando com diversos projetos em São Paulo, vários deles realizados com instituições parceiras.

Esperamos que esta publicação contribua nas discussões sobre a juventude brasileira, bem como na compreensão dos desafios a vencer no desenvolvimento e consolidação, tanto de políticas públicas quanto das demais iniciativas da sociedade civil que objetivem o desenvolvimento das potencialidades dos jovens.

HUMBERTO DANTAS
REINALDO J. THEMOTEO